

A OSCE e os Novos Desafios à Segurança Internacional

Henrique de Freitas

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

Resumo

Os acontecimentos de 11 de Setembro marcaram um novo ambiente internacional com um novo tipo de ameaças. Os atentados contra o World Trade Centre revelaram uma acção terrorista de carácter transnacional, levada a cabo por um grupo com capacidade logística, instrumentos de agressão e meios financeiros que, até agora, só o Estado tinha capacidade para desenvolver.

Os atentados revelaram também como os conceitos de segurança e defesa dos organismos internacionais estão ultrapassados, incluindo o conceito de dissuasão que, naquele contexto, deixou de fazer sentido. À luz destes novos desafios que se colocam à segurança internacional, a OSCE é uma organização estratégica no quadro europeu pela sua abrangência regional, por um lado, e, por outro, pelas suas missões de longa duração no terreno.

Abstract

The events of September 11 announced a new international environment with a new type of threats. The attacks to the World Trade Centre revealed a terrorist action of transnational nature perpetrated by a group with a logistic capacity, means of aggression and financial resources that up until now only the State had the capacity to build up.

The terrorist attacks also have shown how the concepts of security and defence of the international organizations are dated, including the concept of deterrence which no longer makes sense in that context. In the framework of new security challenges to international security, the OSCE is a strategic organisation in the European context, due to its regional scope and to its long-term missions.

Ao iniciar esta intervenção gostaria de sublinhar a oportunidade desta iniciativa conjunta do MON e do MNE, na certeza que estes dois dias de reflexão e debate sobre o papel da OSCE no quadro do novo ambiente internacional contribuíram para a divulgação desta organização, infelizmente pouco conhecida da generalidade das opiniões públicas, bem como para um estudo mais profundo da sua acção.

Um novo ambiente internacional, marcado pelos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro, confrontaram a Comunidade Internacional com um novo tipo de ameaça. Uma ameaça de diferente configuração.

Com os atentados contra o “World Trade Center” e o Pentágono chegou o tempo do terror. Chegou o tempo do horror.

Inocentes sepultados sobre aço e cimento. Uma cidade envolta em pó e cinzas pintada a preto e branco. Um cenário de medo e de morte foi, no fundo, o único sinal identificável de um inimigo, ao tempo invisível.

A cidade, sede das Nações Unidas, a cidade do museu Gugenheim, do Centro Rockefeller, de WallStreet, da estátua da Liberdade, do Central Park é, hoje, vista da outra margem do rio Hudson, e sem as *Twin Towers*, uma cidade com o perfil amputado.

Saídos de um século que Nietzsche anunciara como sendo o século das guerras pela dominação do Mundo, em nome de princípios filosóficos, e que foi marcado, efectivamente, por duas guerras mundiais e dois regimes totalitários, julgávamos caminhar na fé do progresso da democracia.

Estávamos ainda embalados pela simplificação do combate ideológico, numa luta linear entre o Bem e o império do Mal.

A verdade é que ainda não nos tínhamos apercebido que, apesar de estarmos num mundo comum e onde tudo é interdependente, estávamos num mundo onde se entrecruzam lógicas muito diferenciadas para as quais não há uma chave universal de interpretação. Tudo parece ser “uma adivinha envolta num mistério dentro de um enigma”.

Num momento de procura identitária, de referências, de valores, é bom lembrarmos que todos nós temos solidariedades selectivas. E como lembra Pierre Hassner, a ideia do “nós” e do “outro” é constitutiva da experiência humana.

Dar conteúdo a esse “nós” é a nossa missão, o nosso desafio. E dado que a nova dinâmica de mundialização não eliminou a violência da paisagem internacional, este “nós” saberá combater o “outro”, aquele que cobardemente utiliza o terrorismo como meio de expressão política.

Em Nova York assistimos a uma acção terrorista de carácter transnacional, baseada em factores absolutamente invulgares no que se refere à capacidade logística, aos instru-

mentos de agressão, aos meios financeiros necessários à sua realização e até a própria gestão mediática, ela própria geradora de um sentimento global de insegurança. Esta acção de perfídia inovadora tornou clara a fragilidade do mundo económico/financeiro, como, aliás, sinalizaram as Bolsas Mundiais.

O choque e o despertar para o terror deixaram transparecer a impreparação momentânea da Comunidade Internacional em reagir contra um inimigo que, não sendo um Estado, se encontrava dotado de capacidades normalmente inerentes aos Estados. Foi também visível como os conceitos de Defesa e de Segurança dos organismos internacionais e das unidades políticas que configuram o sistema internacional eram ultrapassados. Basta referir, como exemplo, o conceito de dissuasão, baseado na capacidade de infligir danos inaceitáveis ao agressor, que aqui deixa de fazer sentido porque estamos na presença de um inimigo cuja filosofia assenta na própria auto-destruição.

São, assim, novos os desafios que se colocam à Segurança Internacional e exigentes os caminhos da cooperação colectiva que se impõem. Perante uns e outros não temos dúvidas da importância estratégica da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE).

Não nos devemos esquecer que a OSCE representa o eixo Vancouver/Vladivostok, unindo Estados que, desde 1975, ano da Acta Final de Helsínquia, têm uma história de cooperação conjunta e uma experiência e uma maturidade que lhes permitem enfrentar períodos conturbados.

Este passado em comum faz desta Organização, ela também herdeira institucional da “Carta Para Uma Nova Europa”, de 1990, uma “mais-valia” indiscutível, como a presidência portuguesa tem procurado provar. No contexto da arquitectura de Segurança Europeia, a OSCE é, seguramente, a organização menos conhecida, mas é aquela que melhor tem sido capaz, através das suas missões no terreno, em particular as missões de longa duração, de funcionar como elemento de pacificação de tensões e conflitos numa ampla área regional que se tem demonstrado problemática. Os povos da Ásia Central, do Cáucaso e dos Balcãs são as principais testemunhas desta realidade.

Nas suas três dimensões consagradas na Carta para a Segurança Europeia (político-militar, humana e económico-ambiental), a OSCE tem vindo a aprofundar, no cumprimento do espírito de Helsínquia, a função de elo de ligação fundamental com as diferentes organizações internacionais. Só assim se potenciam sinergias que agilizam os mecanismos de carácter operacional e de cooperação, razão pela qual a OSCE permanece, ainda assim, como um fórum único na sua abrangência geográfica e multicultural.

Reforçar a identidade da OSCE, no quadro interactivo das organizações internacionais, é, pois, imperativo absoluto. E este é um caminho necessário, mesmo que não seja exigível às organizações internacionais a busca da perfeição que pode ter como sabemos um efeito perverso.

Não resisto, e a este propósito, contar a célebre história da Isadora Duncan que, escrevendo o que Bernard Shaw lhe propunha, em nome da regeneração da espécie humana, conceberem um filho que tivesse a beleza de um e a inteligência do outro. Seria a perfeição, podemos concluir!

E Bernard Shaw respondeu: “ E o que aconteceria se a criança tivesse a minha beleza e a sua inteligência?”

Não consta que alguma vez a criança tenha nascido. Evitou-se, assim, o efeito perverso.

É à luz desta busca que Portugal tem apostado, também, na continuação do debate sobre a reforma da OSCE, procurando, no seguimento dos progressos alcançados pela Presidência romena, garantir um funcionamento e uma gestão ainda mais eficientes, salvaguardando sempre a sua flexibilidade.

No âmbito das respostas necessárias à luta contra o terrorismo, e no seguimento das determinações assumidas na Declaração de Budapeste, é relevante que os Estados da OSCE partilhem dos esforços da presidência portuguesa para que, na próxima Ministerial de Dezembro, seja possível o consenso em torno da “Carta OSCE para a Prevenção e Combate ao Terrorismo”. Documento que procuraremos que se assuma como uma referência das sociedades livres e democráticas, na reafirmação do seu total empenhamento na erradicação desta nova ameaça.

No final deste Seminário que em representação de S. E. o Ministro de Estado e de Defesa Nacional tenho o prazer de encerrar; creio não restarem nesta sala quaisquer dúvidas sobre a delicadeza e complexidade do ambiente internacional que atravessamos e do papel discreto, mas eficaz, localizado, mas duradouro, que a OSCE tem vindo a desempenhar.

O esforço de uma Organização Internacional na prossecução e na defesa dos seus objectivos é, e será sempre, o somatório dos esforços e das vontades dos seus membros. Pela experiência destes primeiros 6 meses da presidência portuguesa, estamos plenamente convencidos da relevância da OSCE na obtenção de um Mundo mais justo, de uma Europa mais segura. Esta é certamente uma das chaves de interpretação deste início de século.